

Ata da Sessão Extraordinária do dia 16 de julho de 2021.

Ata da 2ª Sessão Extraordinária da Câmara Municipal, realizada aos 16 dias do mês de julho de 2021. Presidência: Alan João Orlando. Secretaria: João Lázaro Batista e Priscila Franco de Oliveira. Vereadores Presentes: Élcio Gustavo Silveira Arruda, Marcelo Nery de Oliveira, Marcelo Ozelin, Renato Pires da Rosa, Ricardo Luís Patroni e Sérgio Rodrigo de Oliveira. Havendo número legal o Senhor Presidente deu por aberta a sessão. Vereadores ausentes à Sessão: Luciane Lourenço Pereira de Sousa e Pedro Celso Wanderley de Melo. Por conseguinte, o Senhor Presidente solicitou a dispensa da leitura da ata da sessão anterior, visto que os vereadores já tomaram conhecimento de seu conteúdo previamente. Dispensada a leitura da ata com concordância unânime do Plenário, a mesma foi submetida à discussão e votação e foi aprovada por unanimidade. Em seguida, passou-se para a Ordem do Dia e o Senhor Presidente solicitou ao Plenário a dispensa dos prazos regimentais para a votação do Projeto de Lei Nº 26/202. Colocada em votação a dispensa dos prazos foi aprovada por unanimidade. Projeto de Lei Nº 26/2021, que autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito adicional especial; Aprovado por unanimidade em primeira discussão. Projeto de Lei Complementar Substitutivo nº 01/2021, das Comissões de Justiça e Redação e Finanças e Orçamento, ao Projeto de Lei Complementar nº 05/2021, do Executivo, que altera dispositivos da Lei Complementar nº 77, de 20 de dezembro de 2007, que dispõe sobre o Código Tributário do Município de Porto Ferreira – CTM e dá outras providências; Aprovado por unanimidade em segunda discussão. Projeto de Lei Complementar Substitutivo nº 02/2021, das Comissões de Justiça e Redação, Finanças e Orçamento e Obras e Serviços Públicos, ao Projeto de Lei Complementar nº 06/2021, do Executivo, que cria e altera dispositivos normativos da Lei Complementar nº 232, de 15 de dezembro de 2020, que versa sobre o Código de Obras do Município de Porto Ferreira; Aprovado por unanimidade em primeira discussão. Projeto de Lei Nº 21/2021, que altera dispositivos da Lei Municipal nº 3.228, de 21 de dezembro de 2015, que cria o auxílio saúde para os servidores públicos municipais; Aprovado por unanimidade em discussão única. Não havendo mais nada a deliberar na Ordem do Dia, o Senhor Presidente deu por encerrada a sessão com salva de palmas ao Pavilhão Nacional. Eu, João Lázaro Batista, 1º Secretário, redigi a presente ata que depois de lida e achada conforme, será assinada pela Mesa. Plenário Syrio Ignatios, 16 de julho de 2021.